MAmb - Of. N.:2583
Data:18-06-2018
50.21.01. PCP

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE

Exma. Senhora
Dr.ª Marina Gonçalves
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º 1829	10.05.2018		

ASSUNTO: Pergunta n.º 2121/XIII/3.ª, de 10 de maio de 2018 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP)
Contaminação da ribeira do Vascão por escorrências do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio

Cara Marina Gonçalves,

Em resposta à Pergunta n.º 2121/XIII/3.ª, de 10 de maio de 2018, formulada pelo Senhor Deputado Paulo Sá, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1. Quais os resultados das amostras de água da ribeira do Vascão recolhidos por técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente no dia 14 de novembro de 2017, referidas pelo Ministério do Ambiente na resposta à pergunta n.º 541/XIII/3ª do PCP?

2. Na sequência dessas análises, e ainda, da informação prestada pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária sobre a causa da morte dos animais, foi possível identificar o foco da contaminação da ribeira do Vascão em outubro/novembro de 2017? Essa contaminação teve origem no Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, tal como a contaminação registada no passado mês de abril? Foram dois eventos de contaminação distintos ou um único evento que se prolongou por vários meses?

A 14 de novembro de 2017 foram efetuadas 6 colheitas na Ribeira do Vascão e afluentes, Ribeira do Vasconcilhos e Ribeira do Vascanito. De montante para jusante, os pontos de colheita foram os seguintes: Fornalha, Ameixial, Tavilhão, Moínho da Vargem, Pego dos Concelhos e Volta da Ribeira. Os 3 últimos pontos correspondem a pegos da ribeira do Vascão indicados pelos produtores de gado como locais de abeberamento, que teriam originado a sua mortalidade.

Na sequência do pedido de esclarecimento à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, não foi obtida qualquer resposta, não havendo esclarecimento sobre a causa da morte dos animais nem sobre a eventual relação com a qualidade da água que os mesmos terão ingerido.

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt

Pelos resultados analíticos da água daquela ribeira e afluentes, não se pode inferir a presença de contaminação da água em nenhum dos 6 pontos, quer ao nível da microbiologia, dos parâmetros físico-químicos de suporte, dos nutrientes, de metais como de compostos orgânicos. De referir que a avaliação qualitativa do sedimento escuro referido na denúncia levou a concluir tratar-se de algas em decomposição.

Assim, em outubro/novembro, além de não ter sido identificada qualquer descarga ou foco de poluição, os resultados das análises das amostras colhidas ao longo da rede hidrográfica não revelaram contaminação nem desvios em relação ao que seria expectável em linhas de água após longos meses de seca e de ausência de caudal.

A descarga de lixiviados não tratados, observada em abril e proveniente do Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio, doravante Aterro, resultou de uma ocorrência localizada e de curta duração, associada à rotura de telas de recobrimento de uma célula face ao forte vento que se manifestou. A situação foi resolvida nos dias seguintes.

Não há pois qualquer relação ou comparação entre a situação descrita em outubro/novembro, cuja informação disponível confirma a ausência de contaminação das águas, e a ocorrência de início de abril.

3. Está o Ministério do Ambiente a acompanhar a implementação das medidas no Aterro Sanitário do Sotavento Algarvio que visam impedir contaminações? Como avalia o Ministério do Ambiente essas medidas?

No dia em que se verificaram as rejeições de lixiviados, provenientes do Aterro, foram de imediato adotadas medidas para evitar o seu escoamento para a linha de água, mediante a construção de diques em terra de contenção. No dia seguinte, foi iniciada a reposição das telas de cobertura da célula. Estas medidas foram eficazes, deixando de haver escorrências de lixiviado para a linha de água.

A 19 de Abril, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) e a Agência Portuguesa do Ambiente/Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARH Algarve) realizaram uma fiscalização conjunta às instalações do aterro, onde foi observado que a membrana de cobertura da célula já havia sido parcialmente reparada e que não havia qualquer escorrências de lixiviado, mantendo-se os diques de contenção. Os lixiviados retidos no seu interior, estavam a ser bombeados para dentro da lagoa de armazenamento de lixiviados existente no Aterro, para posterior tratamento pela Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). As terras contaminadas na margem e leito da linha de água haviam já sido removidas e depositadas na célula em exploração e utilizadas como terra de cobertura dos resíduos.

A 7 de maio realizou-se a reunião ordinária da Comissão de Acompanhamento do Aterro, com os esclarecimentos por parte da ALGAR sobre as medidas que havia tomado para colmatar os danos resultantes do acidente ocorrido, bem como medidas adicionais que obviassem a ocorrência de futuros episódios similares, nomeadamente o incremento da vigilância de todo o perímetro do Aterro, para identificação

atempada de possíveis incidentes. Foi também confirmada a reposição do funcionamento pleno das duas unidades de osmose inversa existentes no aterro e a entrada em funcionamento de uma nova unidade entretanto adquirida.

Entretanto, para dar resposta ao grande volume de lixiviado acumulado tem sido também efetuado o transporte de lixiviados para a ETAR do Algarve e para a ETAR de Santo André.

Sem prejuízo do acompanhamento das condições de exploração do aterro, que os organismos do Ministério do Ambiente vão continuar a fazer, neste momento considera-se que as medidas adotadas foram adequadas. Tal não invalida que não venham a ser identificadas outras medidas caso se justifique essa necessidade.

4. Que medidas adicionais de monitorização da qualidade da água da ribeira do Vascão irão ser implementadas no futuro?

Na sequência da ocorrência, para além da recolha imediata de amostras nas imediações do aterro, cujos resultados confirmam a presença de lixiviados não tratados, está em curso uma campanha de monitorização que incluiu parâmetros biológicos, cujos resultados permitirão uma melhor caracterização do estado destas águas e do efeito da descarga de lixiviados numa escala temporal mais dilatada.

Para além desta campanha específica, mantêm-se o programa de monitorização dos recursos hídricos na zona de influência do aterro, obrigação da entidade gestora decorrente da Licença Ambiental do estabelecimento, e os programas de monitorização das massas de água, de âmbito mais alargado, promovidos pela APA.

Com os melhores cumprimentos, também pessoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

CG/SS

Gabinete do Ministro do Ambiente
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.mamb@mamb.gov.pt www.portugal.gov.pt